



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

GEORGIANA FERREIRA GOMES

**NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS:
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO**

CAJAZEIRAS - PB

2009

GEORGIANA FERREIRA GOMES

**NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS:
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Plena em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ma. Maria Janete de Lima.

CAJAZEIRAS - PB

2009



G633n Gomes, Georgiana Ferreira.
Necessidades educativas especiais: os desafios da inclusão / Georgiana Ferreira Gomes. - Cajazeiras, 2009. 36f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia)Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2009.
Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Educação especial. 2. Síndrome de Down. 3. Inclusão escolar. 4. Preconceito. 5. Necessidade Educativa Especial. I. Lima, Maria Janete de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 376

Georgiana Ferreira Gomes

**NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS:
Os desafios da inclusão**

Monografia aprovada em ____ / ____ / ____

Prof^a. Ms. Maria Janete de Lima (orientadora)

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

Cajazeiras - PB
2009

Dedico este trabalho a minha mãe, que por ela, que sempre me incentivou a lutar pelo melhor e que mesmo longe, foi nela que busquei forças e coragem para não desistir e chegar aonde estou, foi mais um sonho conquistado por agradecimento a ela, que sempre foi exemplo de coragem para mim, e a minha família que nunca me deixou desistir do que eu mais quis, a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente á Deus por ter me oportunizado essa formação, a minha querida mãe, que mesmo ausente me deu forças e coragem para seguir em frente.

A minha família por ter me apoiado e entendido meus momentos de ausência.

Aos mestres e amigos em geral que me apoiaram nesta vitória.

Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferente quando a igualdade nos descaracteriza.

SANTOS

RESUMO

Mesmo percebendo o avanço na educação no que concerne a pessoas com necessidades educativas especiais (PNEE's), podemos identificar que há muito a se fazer. Pois durante muito tempo elas ficavam segregadas fora do convívio social, ficando por vezes trancadas em quartos e porões por apresentarem "perigo" as outras pessoas consideradas normais. Por perceber que podemos construir novas práticas de inclusão procuramos identificar como se dava o acesso e a permanência dos PNEE's no ensino normal regular e ainda a formação dos profissionais que os acompanham. Nessa perspectiva utilizamos como principal metodologia o estudo de caso, a observação e questionário para docente. Após a realização deste trabalho pudemos verificar que as escolas normais ainda não apresentam as condições necessárias para a efetiva inclusão, não apenas na falta de profissionais preparados mas também a falta de recursos pedagógicos. No entanto, podemos caracterizar que o primeiro passo para efetivarmos a inclusão é principalmente desmistificar o preconceito que ainda persiste nos dias atuais e acreditar que todos apresentam condições de desenvolver-se cognitivamente só depende da vontade e esforço dos profissionais que os atendem e acompanham.

Palavras-chave: Necessidades especiais. Segregação. Inclusão. Preconceito.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - Os desafios da inclusão: contexto histórico	11
1.1 Tipos de deficiência	15
1.2 Síndrome de Down.....	18
1.3 Desenvolvimento físico	20
1.4 Desenvolvimento cognitivo.....	20
1.5 Discriminação.....	20
1.6 Inclusão escolar.....	22
CAPÍTULO II - Procedimentos metodológicos	26
2.1 Análise de dados da professora.....	28
2.3 Análise do estágio.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS	38

INTRODUÇÃO

A escolha da temática da educação especial ocorreu mediante a percepção da negligência que ainda se identifica nos dias atuais tanto na sociedade como no processo escolar. Reconhecendo a importância que este tema nos traz, procuraremos caracterizar as várias deficiências que encontramos no que concerne a educação especial no plano educacional.

Durante muito tempo, se concebeu a ideia de que pessoas portadoras de alguma necessidade especial estavam condenadas a ficar fora do ensino e excluída do processo educacional. Somente a partir de 1996, com a elaboração da LDBEN-Lei 9394/96 a legislação passou a garantir o acesso e a permanência de pessoas com necessidades especiais ao processo escolar. Na perspectiva de inclusão nas escolas, esse direito deve visar o, “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL art. 205 apud. FÁVERO, PANTOJA, MANTOAN)

Como é de domínio público, embora na atualidade já exista esse amparo legal, é possível perceber que o melhor lugar para crianças com necessidades especiais é no ensino normal, porém constata-se que na prática as coisas não funcionam como deveriam.

Percebendo que as dificuldades por elas encontradas ao chegarem às escolas não se limitam apenas ao espaço físico porque são encontradas dificuldades desde adequações estruturais, apoio pedagógico e preconceito – para fins de definição da pesquisa, tomamos como objeto de investigação, as pessoas portadoras da Síndrome de Down.

Na realidade, a Síndrome de Down ou mongolismo (como é vulgarmente conhecida) se caracteriza por um “distúrbio genético causado durante a formação do feto, é uma das

anomalias genéticas mais conhecidas e é responsável por 15% dos portadores do retardo mental” (<http://wikipedia.org/wiki.Edu>).

No entanto, mesmo que as crianças portadoras da síndrome apresentem deficiência intelectual, elas podem desenvolver-se cognitivamente da mesma forma que as crianças sem síndrome, só que de uma maneira mais lenta.

Diante do exposto, procuramos identificar como estes são recepcionados ao ingressarem a escola regular, quais são as práticas adotadas para a inclusão efetiva delas, não somente no que concerne ao espaço físico como adaptações ou modificações realizadas, como também, sobre a formação propiciada aos profissionais que irão lidar com essas pessoas e se elas terão condições de identificar as habilidades e limitações apresentadas por cada criança e/ou ainda qual e como será o nível de interação das crianças especiais com as ditas normais.

Sendo assim procuramos contribuir identificando os problemas mais comuns mencionados acima, numa tentativa de encontrar meios de participar de uma forma mais ativa, aprimorando a nossa formação docente.

Para tanto, temos como objetivo geral: Identificar como se dá o acesso e a permanência ao processo de ensino para crianças portadoras de necessidades educativas especiais (PNEE's.) Como objetivos específicos pretende-se: Analisar como se dá a educação das crianças com necessidades educativas especiais; Verificar qual a formação dos profissionais que as atendem e as acompanham; Identificar qual o nível de interação dessas crianças com as outras ditas normais; Examinar quais são os níveis de aprendizagem e quais as limitações das crianças portadoras de necessidades educativas especiais; Conhecer as condições oferecidas para essas crianças.

Diante dos objetivos aqui apresentados foi desenvolvido um projeto de pesquisa de cunho qualitativo que teve como recurso metodológico o estudo de caso e a observação, como também um questionário para a docente e finalmente o estágio, que

teve como cenário a escola Angelina Tavares de Melo, APAE, situada no Bairro Cristo Rei, Cajazeiras - PB.

Dessa forma o trabalho ficou assim organizado: o capítulo I traz o contexto histórico de como era a concepção da família e da sociedade diante as pessoas com necessidades educativas especiais, já que essas ficavam marginalizadas do convívio social pois eram consideradas anormais, eram tidas como possuídas pelo demônio e incapazes de se socializarem. Aborda as principais conquistas como garantia dos seus direitos perante a lei como a LDBN, a convenção de Guatemala e outros que deram grande impulso pra a educação especial.

Neste mesmo capítulo que foi separado em subtítulos, onde o primeiro elenca os tipos de deficiências que mais comumente nos deparamos nas escolas, tanto normal regular como nas escolas especiais. Será abordado, ainda de uma maneira mais aprofundada a síndrome de Down, com sua especificidade genética, seu desenvolvimento físico e seu desenvolvimento cognitivo e questões como discriminação que ainda perduram nos dias atuais.

O segundo subtítulo aborda a questão da inclusão como funcionam as políticas para receber os alunos com necessidades educativas especiais, quais são as dificuldades enfrentadas por eles ao ingressarem no sistema escolar, tanto físicas quanto ao aspecto pedagógico. Como eles são recebidos e como ou quanto são preparados para o processo de ensino.

O capítulo II traz o diagnóstico da escola campo de estágio, a análise do questionário do professor e a análise dos planos e do estágio.

CAPÍTULO I - Os desafios da Inclusão: contexto histórico

Nem sempre as pessoas com deficiência foram bem aceitas nas sociedades. É sabido que na antiguidade, ainda na Grécia as crianças que nasciam com alguma deficiência deveriam ser sacrificadas, pois eram consideradas inúteis e anormais, deveriam ser afogadas ou escondidas pelo poder público.

Durante muito tempo se concebia a ideia de que as pessoas que tinham alguma deficiência eram caracterizadas por serem sobrenaturais, pecadoras, passíveis de castigos e ainda consideradas perigosas para o convívio em sociedade, portanto ficavam excluídas do convívio social.

Novas concepções ganharam espaço sobre as deficiências, ganharam espaço com o surgimento do interesse científico e a racionalidade, quando foram iniciadas as investigações sobre as razões que motivavam tais deficiências, chegando a indagações de caráter hereditário e patológico.

Logo de início, quando surgiu o interesse de educação para pessoas com deficiência, foi apenas com propósito assistencialista, com o intuito de oferecer saúde, moradia e alimentação para essas pessoas que até então estavam marginalizadas e excluídas da sociedade. Percebemos que atualmente há uma nova concepção sobre educação para deficientes. Há, por parte das escolas e professores o interesse de implementar práticas e projetos de ação para se obter uma educação realmente inclusiva.

Considerando que a educação é um direito social de todos, passa-se a exigir que os conselhos estaduais e municipais integrem várias representações de diferentes setores além do caráter assistencialista como até então era entendido e se integre uma política para o desenvolvimento humano. Que sai do âmbito do cuidar clínico ou terapêutico para uma abordagem cultural que valorize a diversidade de aprendizagem que antes era desconhecido.

Muitos avanços foram conquistados, porém há ainda barreiras a serem transpostas, como o preconceito que está marcado culturalmente, são ideias estereotipadas que ainda percebemos no contexto social, educacional e familiar.

A educação especial surgiu sob enfoque médico clínico com a médica Maria Montessori no início do século XX. Esse método é inspirado na rotina diária e na ação funcional, fundamentada na estimulação sensorio-perceptiva e auto-aprendizagem.

As iniciativas para a educação de pessoas com deficiência iniciaram-se na França, para surdos, mudos, cegos e deficientes mentais. Essas ideias, reforçadas pelo movimento mundial de integração de pessoas com deficiência, defendiam oportunidades educacionais e sociais iguais para todos, contribuindo fortemente para a criação dos serviços de educação especial e classes especiais em escolas públicas no Brasil.

A Declaração dos Direitos Humanos (1948) uniu os povos em todo o mundo, no reconhecimento de que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. (Art. 1º)

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas produziu vários documentos para o desenvolvimento de políticas educacionais para todas as pessoas, incluindo os portadores de necessidades especiais. No Brasil, várias políticas foram implantadas, inclusive instrumentos legais que garantem o direito de todos à educação, incluindo transformações nos sistemas educacionais que possam garantir a inclusão efetiva.

Alguns marcos, da contemporaneidade como o paradigma da cientificidade, do psicologismo, de testes e treinamento sensorial e motor contribuíram para a movimentação mundial de interação de pessoas com deficiência, defendia oportunidades sociais e educacionais igualitárias para todas as pessoas por todo o mundo.

Um dos documentos mais importantes e reconhecidos mundialmente é a Declaração de Salamanca (1994), de maneira geral ela apresenta procedimentos que visam à igualdade de oportunidades para pessoas portadoras de necessidades especiais. A Declaração de Salamanca, "documento sinalizador de uma nova época na educação de crianças com necessidades especiais em todo o mundo". (BEYER, 2000, p.9); serviu de base para que outros países construíssem seus projetos de Lei, direcionados a educação inclusiva.

A Convenção de Guatemala (1999) vem fortificar as ideias de que todos possuem direitos e oportunidades iguais, renegando possibilidades de discriminação mesmo que algumas pessoas possuem limitações física, mental ou sensorial seja de natureza permanente ou transitória.

A Constituição Federal Brasileira (1988) assumiu os mesmos princípios postos na Declaração dos Direitos Humanos. A Declaração conjuga o valor de liberdade ao valor de igualdade, já que assume que não há liberdade sem igualdade, nem tampouco igualdade sem liberdade. Neste contexto, o valor da diversidade se impõe como condição para o alcance da universidade e a indivisibilidade dos Direitos Humanos.

Em seu art. 205, trata do direito de todos a educação, o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Há ainda, como princípio para o ensino, a igualdade de condições no que diz respeito ao acesso e a permanência dessas pessoas na escola, o art. 208 acentua que: "O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um".

Porém, há um certo receio existente por parte da família em inserir as crianças com necessidades especiais no sistema regular de ensino por acreditarem que é mais cômodo manter seus filhos numa escola especial, pois fora dela, terá de batalhar o espaço do filho pois ainda existe preconceito. Isso não se restringe à família, as vezes há

na escola também uma certa resistência por parte dos professores pois acreditam que se faz necessário um trabalho diferenciado e individual para atender as crianças especiais.

Sabemos que há leis que asseguram o acesso de todos à educação, independente de possuir deficiência ou não, de forma a ser igualitária e inclusiva para todos. Mas na realidade isso não se confirma, pois sabemos que a Lei fica só no papel, enquanto que nas salas de aula percebemos ainda processos de exclusão. Isso é fortemente notável quando recorremos a Lei nº. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases), art. 58 quando regulamenta que o: Atendimento Educacional Especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

No entanto a educação inclusiva já teve grandes avanços, porém há um complexo caminho a ser percorrido. Envolve uma série de fatores: sócio-culturais, políticos e econômicos. O conveniente é ter como ponto de partida o cotidiano real numa escola regular para que se possa trabalhar o lado social e pessoal de cada pessoa que apresente necessidades especiais.

Para que a inclusão se efetive de fato são necessárias que se trabalhe na escola e simultaneamente com a colaboração da família. Tanto o professor regular quanto o especializado na área devem elaborar estratégias e metodologias diferenciadas para uma aprendizagem significativa e efetiva.

Quanto a parte de modificação da infra-estrutura, cabe aos governos, estados e municípios a tarefa de repassar as verbas diretamente a escola para que se façam as reestruturações e organizações do ambiente, da sala de aula e outras adaptações necessárias.

Como percebemos, está comprovado que o melhor ambiente para as pessoas portadoras de necessidades especiais é no ensino normal regular bem como para as

outras crianças ditas "normais". Essa interação possibilita o desenvolvimento social e cognitivo de ambos, como também aprendem noções de respeito e solidariedade.

Mesmo assim, podemos questionar como as escolas estão se preparando para receber esses alunos que merecem uma atenção especial, será que realmente são escolas inclusivas? Ou tudo fica apenas no aspecto legal. Vale ressaltar que uma escola inclusiva não é apenas uma escola que recebe todos, mas sim uma escola que se adapta e faz com que as crianças se adaptem a ela desde sua estrutura física ao seu aspecto político-pedagógico.

Mesmo que não possua um quadro de profissionais capacitados, ainda assim, a escola terá de receber esses alunos. Já que a lei garante esse direito. Há ainda a possibilidade de se trabalhar com convênios, com secretarias de saúde, para receber atendimento clínico na mesma escola quando houver necessidade, para assim tornar-se uma escola realmente inclusiva.

1.1. Tipos de deficiência

Dentre as deficiências encontradas nas escolas as mais comuns são: deficiência física motora, deficiência mental, deficiência sensorial, deficiência múltiplas, autismo, Síndrome de Down.

1 Deficiência física motora: esse tipo de deficiência, "refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor, que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o nervoso". (BEYER, 2005, p. 11). Indivíduos com este tipo de deficiência podem apresentar limitações diversas, o que resulta na grande diversidade de tipos de deficiências, uma vez que ela pode ser resultado, desde uma má formação congênita, como também pode originar-se por ser vítima da violência urbana, uma realidade presente – infelizmente – no nosso cotidiano.

2 Deficiência mental: a deficiência mental é a redução do funcionamento intelectual significativamente da média, são pessoas que devem ser acompanhadas por outras, por não terem condições de realizar algumas tarefas. Tipos de deficiência mental: Esclerose Tuberosa, Síndrome de Bubeesteem Taybi, Síndrome de Alge-man, Síndrome de Down.

3 Deficiência sensorial: a deficiência sensorial apresenta-se sob duas formas: visual – que são as crianças cegas e com baixa visão – e a surdez – que consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Segundo a definição educacional, considera-se uma criança cega quando ela “não tem visão suficiente para aprender a ler em tinta, e necessita utilizar outros sentidos (tátil, auditivo, gustativo e anestésico) no seu processo de aprendizagem”. (BEYER, 2005, p. 11).

Já os indivíduos que são acometidos de surdez, possuem um déficit auditivo definido como decibéis. A surdez divide-se em duas etapas parcialmente surdo que compreende a pessoa com surdez leve – aquele que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis – e em surdez moderada – por apresentar a perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis; e surdo que também compreende duas modalidades: Surdez severa – o indivíduo apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis – surdez profunda – o indivíduo apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis.

1 Deficiências múltiplas: usualmente, o termo deficiência múltipla tem sido utilizado para caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, sejam de ordem física, mental, sensorial e emocional. Sendo que, o que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas é: “nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem”. (BEYER, 2005, p. 11).

De acordo com o nível de afetação psicológico das crianças, estas podem ser encaminhadas ou não para salas de ensino normal. Quando o sistema fisiológico

apresentar um nível elevado de comprometimento, elas devem ser acompanhadas em processos educacionais especiais, correspondentes às suas necessidades de aprendizagem.

2 Altas habilidades – superdotação: de modo geral, a superdotação caracteriza-se pela elevada potencialidade de aptidões, talentos e habilidades, evidenciada no alto desempenho do indivíduo, nas atividades que lhes são apresentadas. Contudo, é preciso que haja uma constância de tais aptidões ao longo do tempo, para que não se confunda superdotação com precocidade, sendo que esta se diferencia daquela, por não apresentarem efetivamente, todo o potencial esperado de aptidões. Sendo assim, cabe a escola – por ser o espaço apropriado para o seu diagnóstico – “reconhecer os talentos de cada um e atender paralelamente os superdotados em suas necessidades” (CAVALCANTE, 2006, p. 50).

3 Autismo: refere-se a um conjunto de características que podem ser encontradas em pessoas afetadas dentro de uma gama de possibilidades, que abrangem desde distúrbios sociais leves sem deficiência mental, até deficiências mentais severas.

As características mais comuns encontradas numa pessoa de aparência física aparentemente normal, porém portadora de autismo são: ausência de linguagem verbal ou linguagem verbal pobre, comunicação receptiva deficiente, problema de atenção e concentração, ausência de interação social, mudança de humor sem causa aparente, entre outros.

Dentre as deficiências citadas, vou aprofundar a Síndrome de Down por acreditar que muito ainda necessita ser feito quanto a essa síndrome, pois as pessoas que apresentam essa anomalia possuem condições de conviverem normalmente com as outras ditas normais.

1.2. Síndrome de Down

A Síndrome de Down, ou como ficou durante muito tempo conhecida como mongolismo — devido às pessoas com síndrome de Down apresentarem traços físicos parecidos com os habitantes da Mongólia — foi descoberta pelo médico inglês Jonh Longdon Down.

As pessoas portadoras da síndrome de Down geralmente apresentam olhos orientais puxados, orelhas e nariz pequenos, pescoço curto, mãos pequenas, pés chatos com um espaço entre o dedo grande e o segundo artelho.

Quando crianças são hipotônicos (mole), alguns apresentam língua protrusa (para fora da boca) e mãos com uma só prega na palma da mão e deficiência mental, ou seja, desenvolvimento abaixo da média das pessoas “normais”, possuem deficiência e não doença mental, apresentam uma redução na capacidade intelectual, aprendem com uma velocidade menor.

Os portadores da síndrome de Down estão propensos a algumas doenças como má formação cardíaca, hipotireoidismo, problemas respiratórios, de visão e de audição, como também dermatológicos, odontológicos e deficiência do hormônio do crescimento sendo que na idade adulta possui 140 cm podendo chegar a 160 cm. Vale salientar que eles são propensos e não necessariamente terão esses problemas de saúde, desde que sejam orientados e tratados por médicos especializados tido ocorrerá sem maiores problemas.

A nomenclatura síndrome de Down, define-se como “síndrome porque eles têm um conjunto de características semelhantes entre si, e Down uma homenagem ao médico Jonh Logdon Down, que foi o primeiro a identificar a síndrome” (CHAVES, 2003,p.26).

Embora na atualidade a síndrome de Down tenha tido um avanço no que concerne a estudos e pesquisa, há ainda um preconceito a ela. Isso se evidencia no momento em

que um casal ou até mesmo a família recebe a uma criança com a síndrome, há um certo receio, uma busca por culpados, enfim uma procura por respostas do por que da criança não ter nascido "normal".

Na realidade, qualquer pessoa pode vir a ter um filho portador da síndrome de Down. A síndrome de Down se configura como o resultado de um acidente genético, há uma probabilidade maior entre gravidez muito precoce (15 a 19 anos) ou muito tardia (30 a 40 anos). Em conformidade a isso Garcia afirma que:

O problema é genético. O nosso corpo é formado por pequenas unidades chamadas células, e dentro de cada célula estão os cromossomos. Eles são os responsáveis pelo nosso funcionamento, são eles que determinam nossas características físicas, intelectuais e emocionais. Cada célula possui 46 cromossomos que são idênticos dois a dois, são 23 pares de cromossomos, por um acidente genético acontecido na divisão celular (mitose), os portadores da síndrome, possuem 47 cromossomos, um a mais que o normal e o cromossomo causador da deficiência está presente no par 21. (CHAVES, 2003, p. 27)

Dentro das anomalias genéticas, a Síndrome de Down se apresenta como sendo a primeira desordem cromossômica no homem caracterizada por: apresentar a adição de um elemento autossoma, o cromossomo 21 ao complemento normal, todos os outros cromossomos são dissomos, e essa anormalidade gera a trissomia no homem, caracterizando a síndrome.

A trissomia dos 21 é o resultado da não disjunção primária, que pode ocorrer em ambas as divisões meiótica e em ambos os pais. Os cromossomos pareados não se separam de forma apropriada para os pólos na anáfase; um dos gametas receberá dois cromossomos 21 e outro nenhum. (GARDNER, 1986, p. 356).

Diante disso, ainda identifica-se, através do cariograma (exame para saber a identidade genética) das pessoas com síndrome, foram identificadas três tipos de cariótipo: trissomia simples, trissomia por translocação e mosaïcismo. A trissomia simples é a mais comum na população Down.

1.3 Desenvolvimento Físico

O desenvolvimento de toda a criança depende muito do ambiente no qual ela vive. Deve ser tranquilo e ao mesmo tempo oferecer estímulos variados como brinquedos, músicas, cores, sons, enfim algo que chame a atenção. Com uma criança com síndrome de Down, não ocorre diferente, deve ser bem acompanhada, estimulada e orientada desde cedo, pois elas possuem as mesmas condições de desenvolvimento.

Geralmente, uma criança com a síndrome de Down começa a andar entre um ano e três meses, dependendo apenas do modo como ocorre a estimulação, sendo adequada e acompanhada de exercícios que propiciem seu desenvolvimento, normalmente começam a falar entre um ano e seis meses e dois anos e seis meses.

1.4 Desenvolvimento cognitivo

A iniciação ao processo escolar é perfeitamente normal, pois sabemos que eles aprendem a ler e escrever já aos sete, oito, nove anos desde que seja trabalhada e estimulada. Numa escola normal regular a aprendizagem é mais difícil, pois eles possuem um atraso mental que a dificulta, no entanto isso não significa que eles não aprendam a ler e escrever. A aprendizagem deve-se dar respeitando tanto os limites que ainda possuem como o ritmo e a evolução de cada um.

1.5 Discriminação

Embora sabendo que a síndrome de Down não é uma doença e muito menos contagiosa, a casos de discriminação e preconceito, ainda mesmo dentro da família. Pois quando se sabe que o filho tão esperado é diferente há, por vezes, uma certa rejeição.

Geralmente quando um casal espera um filho, jamais imaginam a possibilidade de receberem uma criança especial. Há uma grande expectativa quanto a nova criança

que virá completar a felicidade do casal e da família. Todos esperam que o filho seja perfeito que corresponda aos padrões pré-estabelecidos socialmente, enfim “normal”.

As vezes, quando a “diferença” é notada pelos profissionais, há uma certo desconforto, talvez por não saber lidar com o inesperado, ou por desconhecerem já discriminam e também não avisam a mãe o que está ocorrendo com o seu filho. Há casos que pode ocorrer, por parte da mãe uma certa rejeição inicial pois não era aquele filho que na verdade todos esperavam.

Talvez por falta de informação, interesse ou mesmo por receio os médicos não explicam a família que eles receberam uma criança especial, que embora possua algumas limitações poderá desenvolver-se normalmente, apenas de uma forma mais lenta como é o caso da síndrome de Down.

Há casos que quando a equipe médica vai comunicar aos pais, convoca apenas um — o pai — e joga para ele a responsabilidade de comunicar a mãe que eles tiveram um filho deficiente que não pode isso ou aquilo, que não vai desenvolver-se, que vai ser dependente o resto de sua vida. Porém sabemos que isso não se efetiva na realidade, sendo bem acompanhado e estimulado, cuidado e principalmente amado aquela criança terá uma ótima qualidade de vida.

Essas situações não estão distantes da nossa realidade atual, tudo ocasionado por falta de informação de conhecimento do potencial que na verdade uma pessoa com síndrome de Down possui.

Vale ressaltar que a maioria das pessoas que possuem um parente, irmão ou filho com a síndrome de Down ainda o escondem da sociedade. Quando na verdade o que deveria ser feito era o aposto. O ideal é assumir que tem um Down na família, aceitar, mostrar que todos somos cidadãos que possuem e merecem respeito como todas as outras pessoas.

1.6 Inclusão Escolar

A escola, desde sua origem, esteve marcada por regras, normas, parâmetros que a integra num amplo sistema onde tudo está marcado para ser cumprido como se esperava que fosse. Sem indagações da qual hoje podemos fazer se os currículos que são impostos são realmente corretos.

O conhecimento valorizado esteve sempre no campo da cientificidade, do técnico, separado e dividido em disciplinas sem levar em consideração a interdisciplinaridade que possuem.

Traçando os marcos pelos quais a escolarização passou — quando era apenas para poucos privilegiados — recordamos as reivindicações por um ensino laico, público e gratuito, ou seja, para todos. Mas hoje percebemos que todos têm direito, porém nem todos são incluídos no sistema de ensino, pois há a divisão entre normal e regular e escola especial para pessoas com necessidades educacionais especiais o que torna o ensino diferenciado para alguns.

É sabido que embora tendo sofrido algumas modificações a escolarização ainda está marcada por subdivisões, isto no que tange as disciplinas curriculares separadas por áreas, as vezes sendo desconsiderada sua interdisciplinaridade, tudo para se adequarem aos padrões já pré-estabelecidos socialmente.

Há uma busca incessante por novas políticas de inclusão, isso implica uma ruptura, um novo pensar da educação para todos, pois não basta apenas integrar todos no mesmo ambiente escolar, mas buscar condições para uma prática educativa realmente inclusiva. Tanto professores — que são divididos entre especialistas por cuidarem da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais quanto os do ensino regular normal como os pais que ainda relutam a inclusão, pois há ainda preconceitos de que todos não acompanham ou possuem o mesmo desenvolvimento escolar.

Uma questão que precisa estar bem clara diz respeito a diferenciação entre integração e inclusão. Segundo Mantoan (2003,p.23)

[...] O uso do vocabulário 'integração' refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns,mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais,grupos de lazer ou residências para deficientes.

Sendo assim o aluno está inserido no ambiente escolar, mas há na mesma escola um sistema educacional segregado, pois os alunos com deficiência são avaliados previamente para saber se estão adequados a inserção, ou seja, a integração tem como meta inserir os que já foram excluídos anteriormente.

Já o sistema de inclusão designa uma inserção completa e efetiva no sistema de ensino, não deixando de fora ninguém do sistema normal regular desde seu início. Dentro dessa perspectiva, as escolas inclusivas "propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades" (MANTOAN, 2003,p24).

Considerando ainda que, nas escolas há a necessidade de ser debatida a questão da exclusão que se dá por parte do ensino, que causa, por vezes, a evasão onde apenas os alunos são cobrados por não atenderem aos estereótipos sociais e escolares, nunca a escola faz questionamentos se a razão ou erro que causa esse tipo de exclusão que se dá não apenas com pessoas deficientes mas também com aqueles que apresentam déficits de aprendizagem, não esta na própria escola e em sua forma de ensinar.

Um grande equívoco que se percebe nas escolas, quanto ao fato de incluir, se dá quando os alunos são separados e rotulados, há uma exclusão não somente aos deficientes como a outros tipos de diferenças, tais como: cor, raça, sexo, condição social, enfim tudo é influenciado para não incluir todos no mesmo espaço escolar.

Embora a lei assegure o acesso de todos ao ensino normal regular, há após a LDB de 1996 uma nova legislação, trata-se da convenção Interamericana para a Eliminação de Discriminação de Todas as Pessoas Portadoras de Deficiência, que aconteceu na Guatemala em 1999. Essa convenção deixa clara a impossibilidade de distinção baseadas, na deficiência, tais como discriminação, preconceito ou ainda,

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (CONSTITUIÇÃO: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, art.1º, n° 2ºa". apud MANTOAN, 2003, p. 40).

Essa mesma convenção estabelece que não é discriminação quando essa preferência não limita os direitos de igualdade e que elas não sejam obrigadas a aceitar essa diferenciação ou preferência, já que a constituição visa o pleno desenvolvimento humano e da cidadania num ambiente diversificado que representa a sociedade tal como é.

Muito ainda precisa ser feito, repensado, a começar pelos cursos de formação que não preparam os futuros educadores para a educação especial; ou seja, adequado às diferenças. O que se percebe é que as escolas e os professores ainda não estão tão preparados para lidar com a diversidade, com as inovações que nos são impostas cotidianamente.

E o que podemos fazer para reverter a situação da exclusão escolar? Primeiro que tudo deve se considerar que uma escola para ser inclusiva não se consolida apenas por receber a todos, deficientes ou não, mas sim uma escola que se adaptem as necessidades dos alunos e busca meios para resolver as suas próprias dificuldades.

As escolas precisam de uma nova formação tanto para o seu currículo no que diz respeito as disciplinas quanto na formação dos próprios professores e outros

profissionais, que eles assumam como suas as responsabilidades de se adequar as especificidades de seus alunos e não esperem vir de "fora" a solução para seus problemas que lhe são próprios.

Devemos buscar uma nova prática de inclusão nas nossas escolas, não apenas receber e segregar dando um ensino diferenciado por não acreditar nem nos alunos nem na própria prática educativa, não um ensino compensatório, mas sim um ensino de qualidade que vise a construção da pessoa humana, sua autonomia e socialização.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2003, p.57).

Na maioria das escolas o ensino se faz de forma individualizada e diferenciada para os alunos com problemas ou deficiência, isso configura uma prática de discriminação e segregação ainda dentro das salas de aula.

Reorganizar os currículos e atividades, desde professores, colaboradores e pais respeitando e entendendo os limites que cada um apresenta como observaremos, compreender e aceitar que todos possuem limitações e desenvolvimento cognitivo diversificados, receber todos os alunos acreditando no seu potencial, é o ponto de partida, para que seja possível se verificar na prática uma escola realmente inclusiva.

O ideal seriam práticas de ensino específicas para as variadas deficiências ou dificuldades, considerando que os alunos apresentam limitações e aprendem dentro delas, desde que o ensino seja de qualidade e conveniente para desenvolver as possibilidades e potencialidades de cada um partindo do princípio de que o aluno se adapta ao novo conhecimento e, portanto só ele pode regular seu processo de construção intelectual e cognitiva.

CAPÍTULO II - Procedimentos metodológicos

Com o intuito de conhecer como se dá o acesso e a permanência de portadores de necessidades educativas especiais ao processo de ensino-aprendizagem, iremos a escola campo de estágio para verificar quais práticas são adotadas para a inclusão ao processo escolar. O recurso metodológico utilizado se dará mediante o estudo de caso. Esse estudo será realizado na escola especial Angelina Tavares de melo, APAE, situada no Bairro Cristo REI, Cajazeiras – PB.

O estudo de caso é utilizado “ao selecionarmos apenas um objeto de pesquisa, obtendo grande quantidade de informações sobre o caso escolhido e, conseqüentemente, aprofundando seus aspectos” (apud. MATOS e VIEIRA, 2001 p. 45-46).

Para realização dessa pesquisa será aplicado um questionário “Essa técnica de investigação consiste em que, sem a presença do pesquisador, o investigador responda por escrito, a um formulário (com questões) entregue pessoalmente, ou enviado pelo correio”. (MATOS e VIEIRA, 2001, p.60). Esse questionário será aplicado aos professores.

Por se tratar de uma escola especial que apresenta como maioria de seu público pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, será utilizado para coleta de dados a observação,

Para ser considerada eficaz para pesquisa científica, temos de observar, compreender o que é essencial e fazer o registro. Devemos ainda lembrar que a observação deve ser orientada por um objetivo de pesquisa, planejada, registrada e ligada a proposições mais gerais, e que, além disso, deve ser submetido a controle de validade e precisão (GIL apud MATOS e VIEIRA 2001 p. 58).

Para complementação e enriquecimento do estudo será utilizado como técnica para aprofundar a pesquisa, com os alunos da respectiva escola o grupo focal, que “é uma técnica de entrevista em grupo que busca coletar informações dos sentimentos

opiniões dos investigados, sobre uma determinada questão". (MATOS e VIEIRA 2001, p. 63).

2.1 Análise do questionário do professor

O trabalho de aplicação do questionário foi realizado apenas com uma professora, já que se tratava de uma escola especial com apenas uma sala de aula em funcionamento regular normal.

No questionário constavam nove perguntas direcionadas ao cotidiano da escola. A professora da turma é graduada em Pedagogia, já trabalha há cinco anos com educação e acabou de fazer especialização em Psicopedagogia. A mesma demonstra muita responsabilidade e dedicação ao trabalho com os alunos, sendo as vezes mais rigorosa com eles, pois são em algumas ocasiões agressivos uns com os outros.

No entanto, a professora demonstra que é muito competente ao tentar ensiná-los, já que a grande maioria da turma apresenta deficiência mental o que os impede de ir mais adiante no ensino. Há a necessidade de repetir o mesmo conteúdo várias vezes para vê se fixa alguma coisa, se há o aproveitamento do conteúdo apresentado.

Como coloca Mantoan (2007, p. 45),

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentada pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento.

Dando seqüência ao nosso trabalho, iniciamos nosso questionário fazendo a seguinte pergunta: como é ser professor de educação inclusiva? A professora G respondeu que: "o professor de educação inclusiva precisa ser bastante criativo, pois muitas vezes tem que repassar o mesmo conteúdo de diversas formas para que ocorra a aquisição do conhecimento."

Em seguida perguntamos: qual o tipo de preparação que você passou para assumir a turma? A professora respondeu que: “Além do curso de Pedagogia, fiz vários cursos de capacitação.”

Sobre esse aspecto Fávero, Pantoja e Mantoan (2007, p. 36) afirmam que,

Todos os cursos de formação de professores, do Magistério às Licenciaturas, devem dar-lhes consciência e a preparação necessárias para que recebam, em suas salas de aula, alunos com e sem deficiência. Os cursos de formação de professores especializados em Educação Especial devem preparar esses profissionais, de modo que possam prestar Atendimento Educacional Especializado, em escolas comuns e em instituições especializadas, envolvendo conhecimentos como: código braile, LIBRAS, técnicas que facilitam o acesso da pessoa com deficiência ao ensino em geral, e outros com a mesma finalidade.

No momento seguinte perguntamos: como se dá o processo de ensino aprendizagem? Quais são as metodologias adotadas para uma educação inclusiva? “G” respondeu que, “o processo de ensino aprendizagem se dá de forma contínua prevalecendo fator qualitativo sobre o quantitativo.”

Logo em seguida fizemos a seguinte pergunta: ao receber os alunos como é realizado o processo que define em que nível cognitivo o aluno está e em que série ele deve ficar? “G” disse que, “nesse processo faz necessário uma equipe multi-profissional para avaliar o aluno e chegar a um conceito.”

Sobre esse ponto Paniagua (2004, p. 346) diz que,

As equipes educacionais devem ter uma formação específica sobre a relação profissional com adultos e aprender procedimentos concretos de intervenção nos diferentes tipos de atuações. Em todas elas — entrevistas, reuniões, informes, etc. —, os aspectos comportamentais serão muito importantes, já que tal aprendizagem não pode limitar-se a uma série de conhecimentos e procedimentos.

Quando perguntamos quais as principais formas de atividades na turma e quais eles mais gostavam a professora respondeu que, “aulas expositivas, expressão oral, atividades escritas, danças e recreação. Eles gostam mais das duas últimas.”

Dando seqüência com o questionário fizemos a seguinte pergunta: como a escola trabalha com a família e como espera que seja o acompanhamento dos familiares com relação ao que vivencia na escola? “G” deu a seguinte resposta: “temos reuniões sempre que necessário. Esperamos que os pais procure acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos.”

Sobre esse aspecto Paniagua (2004, p. 337) diz que,

O trabalho com as famílias normalmente se desenvolve de forma intuitiva, seguindo modelos implícitos e aprendidos muitas vezes pela própria experiência com os alunos, pacientes ou usuários. Dessa forma, muitos especialistas assumem o papel que lhes é atribuído socialmente sem questionar-se se é a melhor forma de aproximar-se das famílias. Além disso, esse é um terreno, o do trabalho com os pais, em que se filtra com facilidade sobre o que é uma boa situação familiar ou sobre a capacidade de algumas pessoas para cuidar de seus filhos. A falta de formação no trabalho com famílias leva não só a conflitos desproporcionais, a atitudes defensivas e mal-estar entre os profissionais, como também a insatisfação dos pais pela forma como são tratados.

Seguindo com o questionário perguntamos como é a relação das crianças especiais com as “normais” “G” respondeu que, “as “normais” na maioria dos casos precisam ser conscientizadas com relação ao respeito mútuo”.

Perguntamos ainda, quais vantagens e desvantagens de unir crianças especiais com as outras “normais”. A professora respondeu que, “as vantagens é que logo no início os “normais” vão se acostumando com as diferenças. A desvantagem é a falta de profissionais de apoio”.

Perguntamos ainda quais as maiores dificuldades, percebidas por você ao trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais? “G” respondeu que, “a maioria delas tem dificuldade de concentração. As deficientes mentais tem QI baixo.”

Segundo Fávero, Pantoja e Mantoan,(2007, p.41)

De fato, as práticas escolares convencionais não dão conta de atender à deficiência mental, em todas as suas manifestações, assim como não são adequadas às diferentes maneiras de os alunos , sem qualquer deficiência, abordarem e entenderem um conhecimento de acordo com suas capacidades. Essas práticas precisam ser urgentemente revistas, porque, no geral, elas são marcadas pelo conservadorismo, são excludentes e inviáveis para o alunado que temos hoje nas escolas, em todos os seus níveis.

Nessa perspectiva, podemos reconhecer que as escolas ainda não estão dando conta de receberem esses alunos como deveriam, pois já rotulam os alunos com práticas ainda arbitrárias, quanto a medida de desempenho, a isso, os autores Fávero, Pantoja e Mantoan, (2007, p. 41- 42) colocam que,

Entre essas práticas, está a atual forma de avaliação da aprendizagem, que é das mais antigas e ineficientes e que precisa ser mudada. Não se pode mais categorizar o desempenho escolar a partir de instrumentos e medidas arbitrariamente estabelecidos pela escola. Com base nessas avaliações, entre outras, um aluno é considerado apto ou não a frequentar uma turma comum de ensino regular, especialmente quando se trata de alunos com deficiência mental.

Foi perguntada a professora “G” se, dentro de sua prática como é possível dentro das necessidades dos alunos, proporcionar uma aprendizagem significativa, de que forma? “levando para realidade deles, contextualizando os conhecimentos didáticos com o que eles vivenciam no cotidiano. Fazendo com que eles se interessem pelo assunto reconhecendo como útil para suas vidas”.

2.2 Análise do estágio

O estágio foi realizado na Escola Especial Angelina Tavares de Melo- APAE, situada no bairro Cristo Reis, Cajazeiras PB.

Os planos de aula eram compostos de um projeto intitulada de Construindo Cidadania e foram divididos em subtítulos e dividido por: Segunda: cidadania e Ética, terça: Convivência Democrática, na Quarta: Direitos Humanos, Quinta: Higiene e Saúde e na Sexta: Orientação Sexual.

Dentro desse projeto procuraremos contribuir para construção de idéias relacionadas aos temas, já que a escola por ser especial deixa um pouco a desejar no que diz respeito a essas questões.

No que concerne ao professor era esperado que o mesmo colocasse práticas de respeito, justiça solidariedade e diálogo, algo que por vezes não identificamos no cotidiano do ambiente escolar.

A minha grande preocupação sempre foi como a pessoa com necessidades especiais convivem com situações que vão além do desenvolvimento formal que é ministrado nas escolas.

O intuito do projeto era desenvolver pelo menos a consciência crítica, com perspectivas de ensinar o conceito da cidadania. A prender a ser cidadão e cidadã e entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência; aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida da comunidade e do país. Esses valores essas atitudes precisam ser aprendidas e desenvolvidas pelos estudantes e, portanto, podem e devem ser ensinadas na escola.

Creio que a temporada do estágio e a convivência na escola são de fundamental importância para complementar a formação e para proporcionar a quem ainda não tem experiência em sala de aula o encontro, o despertar da profissão docente.

Sobre a temática: Cidadania e Ética que iniciou-se no primeiro dia da primeira semana. A aula teve início com a apresentação da professora da turma, em seguida me apresentei e pedi que a turma fizesse o mesmo logo após fomos para aula como estava explanado no plano.

As aulas sempre eram iniciadas com leitura de um cartaz sobre o tema Cidadania e Ética, todas as segundas sempre era perguntado o que eles já conheciam o que davam respostas sempre negativas, quando trazia mais para a realidade deles eles participavam da aula com atividades mais práticas a aula era mais proveitosa pois eles interagiam mais, construímos o título eleitoral na aula sobre a importância do ato de votar consciente, realizamos a construção de lixeirinhas para a coleta seletiva na escola e também construímos um quadro com pintura de figuras que apresentavam situações de respeito, solidariedade, respeito e outros valores que são de fundamental importância para a construção e desenvolvimento da cidadania.

Sobre a temática: Convivência Democrática, todas as terças, tratávamos da convivência na escola foi um dos temas mais bem compartilhados, pois além da leitura dos cartazes, que eram levados, as situações utilizadas como relação do tema era a realidade deles, na maioria das aulas eles participavam bem. Foram debatidos textos sobre violência, respeito, solidariedade e etc.

Foram discutido questões sobre a importância de cada um e de cada funcionário da escola e quais as contribuições de cada um para a boa convivência não somente na escola mas para a vida de cada um.

Sobre a temática direitos humanos, todas as quartas, sempre era levado um cartaz com o conteúdo que estava programado no plano após a explanação do conteúdo em cartaz

os alunos eram questionados sobre atitudes que incluem os direitos humanos, mas quando foi exposto as leis como exemplo da Constituição Federal de 1998, a lei que assegura a educação para todos e da educação especial eles não se interessavam muito, não faziam questionamentos, nem curiosidades pois aulas eram basicamente legislativa, portanto não rendeu como foi esperado.

Sobre a temática, Higiene e Saúde, nas quintas feiras, as aulas foram bem proveitosas já que se tratava de uma temática boa e dentro da realidade de todos. Além dos cartazes sobre o tema, era aberta rodas de conversas sobre hábitos de higiene e saúde, exposição de figuras como tomar banho, escovar os dentes, ter uma boa alimentação, praticar exercícios regularmente, foram feitos desenhos, pinturas e colagens com os hábitos do cotidiano deles, dentro dessa temática as aulas foram bem proveitosas pois constava de atitudes do dia a dia deles.

Sobre a temática orientação sexual ministradas todas as sextas seguiram-se de acordo com o programado, as aulas iniciavam-se sempre a apresentação de um cartaz com textos sobre a temática, o primeiro deles foi sobre o corpo humano e suas divisões foi realizado uma dinâmica com a respiração para que sentissem o abdome e o pulsar do coração que está localizado no tórax. A aula foi bem interessante e lês participaram bem da atividade.

No decorrer dos dias as aulas foram como estava programado iniciando-se sempre com um cartaz e sua leitura e em seguida exposição das idéias que cada um já possuía sobre os temas, por se tratar de um tema que faz parte da realidade deles, eles participaram sempre deixando as aulas bem proveitosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação desde sua origem tem sofrido várias inovações, principalmente no que diz respeito a educação para pessoas com necessidades especiais. Há tempos atrás essas pessoas ficavam segregadas, a margem da sociedade por não apresentarem o estereótipo de uma pessoa considerada "normal", ou seja, dentro das normas sociais.

Hoje todos tem direito a educação independente de sua raça, etnia, condição social ou deficiência, seja sua limitação de caráter físico ou psicológico, transitório ou permanente todos possuem as mesmas condições, somos livres e iguais em direitos e oportunidades.

É importante refletir sobre o direito que todo ser humano possui, de viver e conviver com o outro sem que para isso tenha que ser igual, pois é um direito e deveria ser respeitado por todos sem exceção. Para isso é preciso desenvolver uma concepção que envolva atitudes de respeito e tolerância para conviver com o diferente, e à escola, cabe a função de mostrar isso a seus alunos.

A realização deste trabalho nos possibilitou ver, conhecer e aprender mais sobre a temática da educação especial e inclusiva. Por tratar-se de um trabalho que tem como fundamento principal a leitura, traz um enriquecimento tanto na formação docente como na vida pessoal.

Através dele, podemos reconhecer a necessidade de expandir políticas públicas para a inclusão em escolas comuns regulares. Embora percebendo que muito foi feito no que concerne a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, há ainda muito a se fazer, pois podemos verificar que a lei garante o acesso e a permanência dos alunos com necessidades na escola, mas não sabemos como ela se realiza e se ela se efetiva de fato.

Porém, vale salientar que apenas receber os alunos não se evidencia a inclusão, pois a realidade percebida é de que os professores ainda não estão preparados para receber pessoas com necessidades especiais.

Durante a realização do estágio, que se deu numa escola especial, pude aprender com as diferenças e perceber que sempre há algo a mais a se fazer pelo outro que mesmo sendo diferente tem algo a ensinar, talvez seja essa a principal necessidade de mostrar que mesmo sendo diferente, o outro tem sempre algo novo que não tivemos a oportunidade de conhecer.

Incluir efetivamente, não apenas no mesmo espaço físico, mas nas mesmas condições possíveis de atividades pedagógicas, esse seria um dos primeiros passos pra criar possibilidades de convivência no mesmo espaço e nas mesmas condições.

Desmistificar os tabus e preconceitos que ainda reconhecemos, ressignificar conceitos e práticas no ambiente escolar e social, contribui para que todos dividam o mesmo espaço e como as mesmas oportunidades para que algum dia verificarmos a tão almejada e possível inclusão efetiva.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto: **A educação inclusiva**; ressignificando conceitos e práticas da educação especial. In: Secretaria de Educação Especial/MEC. Ano 02. Nº 2. Brasília, 2005. p 8-12.

BRASILMEC: **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, 1994.

CAVALCANTE, Meire: A escola que é de todas as crianças. In: **Nova Escola**. Nº182. São Paulo: editora Abril, 2005. p. 40-45.

CHAVES, Garcia Moreno Vieira. **Síndrome de Down**: um problema maravilhoso. 3. ed. Brasília: ed. Corgraf, 2003.

FÁVERO, Eugênia Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado**: aspectos legais e orientações pedagógicas. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

GARDNER, Eldon J.; SNUTAD, Peter D. **Variação do Número Cromossômico**: Genética. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 1987.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. Pesquisa educacional: o prazer de conhecer. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

<http://:wikipedia.org/wiki.Edu> acesso em: 09/07/2008

PANIAGUA, Gema. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Tradução: Fátima Murad. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

ANEXO — Questionário aplicado com a professora

Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Aluna: Georgiana Ferreira Gomes

Questionário (professor (a))

Escola:

Nome:

Formação:

Tempo que trabalha com educação:

1- Como é ser professor de educação inclusiva?

2- Qual o tipo de preparação que você passou para assumir essa turma?

3- Como se dá o processo de ensino aprendizagem? Quais são as metodologias adotadas para uma educação inclusiva?

4- Ao receber os alunos como é realizado o processo que define em que nível cognitivo o aluno está e em que série ele deve ficar?

5-Quais as principais formas de atividades na turma? Quais eles mais gostam?

6- Como a escola trabalha com a família e como se espera que seja o acompanhamento dos familiares com relação ao que se vivencia na escola?

7- Como é a relação das crianças especiais com as "normais"?

8- Quais as vantagens e desvantagens de unir crianças especiais com as outras "normais"?

9- Quais as maiores dificuldades, percebidas por você ao trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais?

10- Dentro de sua prática como é possível dentro das necessidades dos alunos, proporcionar uma aprendizagem significativa, de que forma?
